



CMG (Ref-Fn) Wilson Luiz de **Lima Neves**  
Wilsonln9@hotmail.com

CMG (FN) **Leonel** Mariano da Silva Júnior<sup>1</sup>  
leonel@marinha.mil.br

## A Mobilização aplicada às Operações de Fuzileiros Navais



CMG(Ref-FN) **Lima Neves** presta Tarefa por Tempo Certo no Comando-Geral do CFN, como Assessor de Mobilização Marítima e Militar e de Ciência, Tecnologia e Inovação. É oriundo da Escola Naval (1977) e realizou os seguintes cursos de carreira: Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército (1985); Curso Especial Avançado de Operações Anfíbias (CIASC - 1986); Curso de Comando e Estado Maior – CCEM (EGN - 1995); e Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia – CAEPE (ESG – 2002). Quando na ativa, exerceu suas funções mais relevantes na FFE, onde comandou Cias de Fuzileiros (1984 a 1987) e o GERR-OpEsp (BtlOpEspFuzNav – 1988/1989, no CPesFN (Chefe dos Departamentos de Praças e de Oficiais) e no CGCFN (Chefe do Departamento de Material). Exerceu os Comandos do 1º Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais (2000) e do então Centro de Ades-  
tamento da Ilha da Marambaia – CADIM (2004/2005).



O CMG (FN) **Leonel** serve atualmente no Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, como Chefe do Departamento de Material. É oriundo da Escola Naval. Realizou o Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores em 2013 e o Curso Especial de Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica em 2015. Além de ter servido no Batalhão de Engenharia de Fuzileiros Navais quatro vezes, inclusive comandando em 2018, serviu, entre outras OM, no Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo, como Encarregado da Escola de Engenharia, Instrutor do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais e Chefe do Departamento de Instrução, e no Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra como Oficial de Logística. Coursou também Gestão de Catástrofes na Unidade Militar de Emergências da Espanha.

### O desenvolvimento do conceito de mobilização

Para alcançar e manter seus interesses políticos, os povos antigos desenvolviam artesanalmente diversos tipos de armas, estocavam alimentos e recrutavam homens para formar e manter exércitos. Ainda no início do século passado, as nações atentaram para a importância das atividades de Mobilização, em decorrência do desgaste gerado por um conflito de longa duração – a Primeira Guerra Mundial – que revelou a necessidade de políticas que minimizassem os inevitáveis improvisos logísticos, ocasionados por constantes revisões e novos planejamentos.

Ao ter início a Segunda Guerra Mundial (2ª GM), com os ensinamentos do conflito anterior, os países buscaram mais rapidamente passar da estrutura de paz para a de guerra, visando se contrapor a agressão sofrida. Atualmente, em cenários difusos, com a indefinição de ameaças claras, a multiplicidade

de missões e formas de atuação, os variados níveis de intensidade dos conflitos e os diversificados ambientes operacionais, caracteriza-se um quadro de incertezas e imprevisibilidades, impondo que as Forças Armadas (FA) se mantenham em condições permanentes de pronto emprego.

Hoje, os países com expressivo Poder Nacional, para obterem o efeito de dissuasão, mantêm, com custos extremamente elevados, Forças Armadas com grandes efetivos e, consequentemente, uma vasta e altamente dispendiosa logística. Já as nações menos favorecidas resta valer-se da sua capacidade de mobilização, para alcançar esse mesmo objetivo. Portanto, a capacidade de mobilização de um país contribui com o fator dissuasório, em maior ou menor grau, de acordo com a expressão dessa capacidade. No entanto, é preciso que essa capacidade esteja sempre sendo fortalecida e validada por meio de ações efetivas e permanentes, desde muito antes do início dos conflitos.

<sup>1</sup>Também participou da elaboração do artigo do CF (FN) Vanderli Nogueira Cordeiro Junior – E-Mail: vanderli@marinha.mil.br.

Figura 1: Desfile das Forças Armadas Chinesas.



Fonte: <https://www.resumopb.com/noticia/desfile-militar-marca-os-90-anos-do-exercito-chines.html>

No Brasil, a Lei nº 11.631, de 27 de dezembro de 2007, dispõe sobre a Mobilização Nacional e criou o Sistema Nacional de Mobilização – SINAMOB. A citada lei ainda definiu Mobilização Nacional como o conjunto de atividades planejadas, orientadas e empreendidas pelo Estado, complementando a Logística Nacional, destinadas a capacitar o País a realizar ações estratégicas, no campo da Defesa Nacional, diante de agressão estrangeira. O desenvolvimento de tal Sistema permite assegurar a capacidade dissuasória e operacional das FA, na medida em que confere elasticidade na expansão do poder combatente das mesmas, com o aumento célere dos recursos humanos, materiais e de serviços, para complementar a Logística Militar nas situações motivadoras em que o País estiver envolvido.

Como sistema integrante da Mobilização Nacional, há a Mobilização Militar, responsável pelo planejamento, orientação e execução de atividades, desde a situação de normalidade, que visam dotar as FA de todos os recursos logísticos (pessoal, material, instalações e serviços) necessários para enfrentar situações de emergência, decorrentes de ameaças à soberania nacional, à integridade territorial ou aos interesses nacionais, dentro ou fora do território brasileiro, complementando as funções da logística militar.

Figura 2: Estrutura Organizacional do SISMOMIL.



Fonte: BRASIL, 2015, p. 31/38.

Dentro dessa mesma ótica, a MB criou o Sistema de Mobilização Marítima (SIMOMAR), como um subsistema específico da Mobilização Militar, formado pelo conjunto de atividades sis-

têmicas realizadas rotineiramente na MB, relativas à previsão das necessidades de complementação das diversas funções logísticas e ao planejamento antecipado de seu atendimento, para fazer frente a uma situação de emergência decorrente da efetivação de uma Hipótese de Emprego (HE) ou na iminência de sua concretização.

A estrutura do SIMOMAR é composta por cinco níveis de direção setorial. No primeiro, está o Órgão Central de Direção (OCD), que é o EMA. No segundo nível, estão os Órgãos de Direção Setorial Líderes (ODSL), no terceiro vêm os ODS. No quarto nível vêm as Diretorias Especializadas (DE) e, no quinto, os Órgãos Regionais (OR). Utiliza-se o conceito de Símbolos de Jurisdição para definir as responsabilidades logísticas de cada ODS. Além disso, cada uma das funções logísticas tem um ODSL. O DGPM é o ODSL para as funções logísticas Recursos Humanos e Saúde e o DGMM para Manutenção e Engenharia. O CGCFN é o ODSL para as funções logísticas Recursos Humanos, Manutenção e Engenharia, dentro da esfera do CFN. O CON e o DGN são os ODSL para Salvamento e Atividades Marítimas, respectivamente. O SGM é o ODSL para as funções logísticas Suprimento e Transporte.

## Conceitos importantes relativos ao assunto

Serão detalhados, a seguir, alguns conceitos que balizarão o desenrolar deste artigo, visando traçar um paralelo entre as operações a cargo do Poder Naval, descritas na Doutrina Militar Naval (DMN), e as ações de mobilização, com o objetivo de fundamentar os exemplos apresentados. Da DMN, extraímos primeiramente, como relevante a este artigo, a identificação, como um dos princípios da guerra (preceitos filosóficos decorrentes de estudos de campanhas militares que orientam e subsidiam os chefes militares no planejamento e na condução da guerra), o princípio da prontidão, que se define como a capacidade de pronto atendimento das FA para fazer face às situações que podem ocorrer em ambiente de combate. Portanto, abrange a capacidade de mobilização de pessoal e material para complementar meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais existentes.

Consta ainda da DMN que, para cumprir a sua missão, o Poder Naval deverá estar capacitado a realizar as seguintes tarefas básicas: controlar áreas marítimas, negar o uso do mar ao inimigo, projetar poder sobre terra e contribuir para a dissuasão. Derivadas dessas tarefas, estão as Operações de Guerra Naval, nas quais se inserem as Operações Anfíbias (OpAnf), operações que introduzem em terra Forças de Desembarque (ForDbq), constituídas por Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav), nas seguintes modalidades: assalto, incursão, projeção, demonstração e retirada anfíbia. Outras das Operações de Guerra Naval com participação normalmente relevante de GptOpFuzNav, e de interesse para este artigo, são as Operações Ribeirinhas (OpRib), realizadas por uma Força-Tarefa Ribeirinha (ForTaRib), com o

propósito de obter e manter o controle de parte ou toda uma área ribeirinha, ou para negá-la ao inimigo.

Um entendimento importante é que a Mobilização Marítima deve complementar a Logística. Para isso, está dividida em duas fases, a fase do preparo e a de execução, sendo a primeira a que deve demandar maiores esforços, pois dela muito vai depender o sucesso das operações navais em execução. É na fase do preparo que devem ser visualizadas e determinadas soluções para as carências de pessoal, material e serviços. Na fase de execução, a lista de carências será tão maior ou menor, quanto maior ou menor forem as atividades de mobilização na fase anterior. Relewa mencionar que, para cada HE, em todos os escalões, haverá um Plano de Mobilização e um Plano de Desmobilização.

## A mobilização aplicada às operações de Fuzileiros Navais

qualquer que seja a Operação de Guerra Naval que um GptOpFuzNav tenha que realizar, sempre será um componente do Conjugado Anfíbio. Assim, em termos de Mobilização, para a realização de uma das Operações de Guerra Naval, deve se considerar atender às carências de meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais. Incluem-se aí, obviamente, os meios necessários ao movimento navio para terra (MNT). Como exemplo, numa OpAnf, para atender à função logística transporte, podem ser mobilizadas aeronaves civis de transporte de pessoal e de carga, navios mercantes (graneleiros, petroleiros, navios *Roll-On/Roll-Off*, multipropósitos, portacontêineres, frigoríficos, navios de passageiros e outros). Analogamente, nas OpRib, podem ser empregadas embarcações de transporte de passageiros fluviais (regionais) para transporte de tropa, balsas para transportes de viaturas, barças com empurradores, transportando o trem logístico ou servindo como Bases de Combate Flutuantes e embarcações de hospedagem como navios-hospitais, entre outros. Para isso, na fase do preparo, devem ser planejadas as modificações necessárias nesses meios.

Um exemplo ocorreu na Operação *Overlord*, desembarque aliado na Normandia durante a 2ª GM, dos 5.300 navios e embarcações em ação, cerca de 25% apenas eram navios de

Figura 3: Navio mercante britânico adaptado durante a Guerra das Malvinas.



Fonte: <https://projetosalternativosnavais.wordpress.com/2016/01/19/porta-avioes-auxiliar-mercante/>

guerra. Outro caso emblemático foi o do Conflito das Malvinas em 1982, em que o Reino Unido utilizou 45 navios mercantes para transporte de tropa e/ou material até a região do arquipélago no Atlântico Sul

Podemos citar, ainda, dois exemplos marcantes durante a 2ª GM. O primeiro foi inglês, com a construção de um grande número de Corvetas classe *Flowers*, baseada num antigo projeto de baleeiro do século XIX, escolhido por ser econômico no consumo de combustível, extremamente barato, fácil de construir e modificar para as necessidades da guerra. Esses baleeiros foram armados com Canhão de 40mm, seis metralhadoras antiaéreas e quarenta cargas de profundidade, além de outras modificações internas, para emprego em Patrulha Costeira.

O segundo exemplo foi norte-americano, com a construção dos *Liberty Ships*, navios cargueiros de 10 mil toneladas, muito fáceis e rápidos de construir. Desta forma, buscava-se construir uma quantidade de navios que superasse a capacidade dos meios inimigos em afundá-los. De um total de quase três mil construídos, apenas duzentos foram afundados. O protótipo foi construído em 244 dias. Mais tarde, o tempo médio de construção baixou para 42 dias, mas, em novembro de 1942, um *Liberty Ship* foi construído em quatro dias e quinze horas. Eram empregadas cerca de trinta mil peças padronizadas e pré-fabricadas fora das dezenas de estaleiros que faziam a montagem, enquanto os alemães, à época, só produziam 13 submarinos por mês. Isso só foi possível porque os norte-americanos já haviam projetado tal classe, durante a fase do preparo para a mobilização.

Figura 4: *Liberty Ship* construído em 4 dias e 15 horas.



Fonte: <https://historiasdomar.com/o-incrivel-navio-feito-em-apenas-quatro-dias/>

Em apoio à função logística saúde, podem ser requisitados desde sofisticados equipamentos de exames, como RX, tomógrafos, respiradores e outros, como até mesmo a utilização de instalações hospitalares civis.

De igual modo, quanto à função logística manutenção, podem ser mobilizadas instalações fabris e de manutenção, como oficinas mecânicas e metalúrgicas, na própria área de opera-

ções, aproveitando-se do maquinário existente para o reparo de viaturas, armamento ou outras equipagens militares. Pode-se ainda adaptar um navio mercante como Navio Oficina.

Já com relação à função logística suprimento, um exemplo seria a instalação em navios petroleiros de um Sistema de Reabastecimento no Mar, para auxiliar no abastecimento dos navios ou bombear combustível para a Área de Apoio Logístico em terra. Como as demais adaptações envolvendo meios ou instalações mobilizáveis, o tempo e custos das ações para passagem da fase de preparo à execução serão significativamente reduzidos, com o planejamento e ações prévias, ainda durante a sua construção.

À parte do emprego do Poder Naval, como decorrência da pandemia da COVID-19, verificou-se necessário que os Sistemas de Mobilização estejam em condições também de apoiar o transporte estratégico de itens críticos, necessários em longo prazo, para as bases de operações, com meios navais, aéreos e terrestres, contribuindo com a sustentação logística das Forças, no que se incluíam os GptOpFuzNav. Nesses casos, seria mais provável o emprego em larga escala do modal marítimo, tendo em vista sua maior capacidade.

## Aspectos relevantes nos processos de obtenção de meios de Fuzileiros Navais

A experiência demonstra que parcela significativa dos valores empregados em obtenção de meios e equipamentos para o CFN é utilizada para aquisição no exterior. O material dos GptOpFuzNav, por se tratar de uma tropa expedicionária, anfíbia e leve, necessitando de sistemas de combate com alta confiabilidade, tem que atender a estritos requisitos operacionais, que levam a compras de meios no exterior mas trazem dificuldades para reparo e manutenção desses mesmos meios. A relativamente pequena escala das aquisições realizadas pelo CFN também dificulta sobremaneira a viabilização de um processo completo de desenvolvimento científico-tecnológico de determinado meio.

Figura 5: Novos CLANf adquiridos nos EUA pelo CFN.



Fonte: <https://tecnodefesa.com.br/corpo-de-fuzileiros-navais-recebe-20-novos-clanf-ram-rs/>

Desta forma, avulta de importância que, na condução de processos de obtenção, defina-se condições que possibilitem minimizar tais óbices. Considerando que, para prevenir altos níveis de indisponibilidade em combate, exige-se, normalmente, um esforço de manutenção considerável, o atendimento ao requisito de menor esforço possível de manutenção é especialmente ressaltado. Reforça essa necessidade o fato de que a substituição de viaturas importadas, em combate, é de difícil consecução.

Ainda para contribuir para o fornecimento de sobressalentes e itens críticos aos meios dos GptOpFuzNav, os processos de obtenção deverão buscar garantir a catalogação de sobressalentes, graxas e lubrificantes no Sistema de Abastecimento da Marinha, possibilitando a realização das manutenções previstas para cada OM dentro de seu respectivo escalão de manutenção. No intuito de possibilitar o apoio adequado a todas as fases do ciclo de vida das viaturas, é recomendável nos contratos a inclusão de uma cláusula de catalogação, em conformidade com o Acordo OTAN de Padronização (STANAG 4177), com o fornecimento dos respectivos NATO Stock Number (NSN), competindo ao fabricante ou seu representante providenciar a catalogação, a suas expensas, no “National Codification Bureau” (NCB) do país, dos fabricantes originais dos itens de suprimento antes da entrega do meio. Deverá ser avaliada, ainda, a inclusão no contrato da celebração de um Acordo de Compensação, a fim de gerar benefícios, de natureza comercial, industrial ou tecnológica para a MB, como, por exemplo, garantir a nacionalização de equipamentos ou fornecimento de sobressalentes, observando-se os dispositivos legais que regulam tais acordos.

## Conclusão

No passado, as ações de mobilização consistiam, na quase totalidade, do recrutamento de tropas e dos recursos materiais necessários a prontificação das forças, quando em vias de entrarem em estado de guerra, constituindo sinal de escalada durante manobras de crise. Mais recentemente, as declarações de guerra caíram em desuso e reforçou-se a necessidade da manutenção do estado de prontidão pelas forças.

Dada a improbabilidade dos recursos disponíveis atenderem a todas as necessidades, torna-se importante antecipar o planejamento das ações de pronta-resposta das Forças Navais, incluindo aí os GptOpFuzNav, de forma a minimizar as limitações. Assim, é necessário, bem antes da iminência de um conflito, manter-se atualizada a determinação das carências logísticas, conhecer-se as suas fontes de obtenção, a burocracia e as implicações políticas inerentes aos processos de aquisição de materiais e atribuir-se prioridades à variada gama de ações a empreender. Paralelamente, esses conhecimentos poderão ser de grande valia ao planejamento de longo prazo da MB.

Os exemplos apresentados, ao longo deste artigo, são mostra dos benefícios que a adequada capacidade de mobilização, antevista durante a fase do preparo, poderá trazer à condução dos conflitos armados, facilitando a execução das ações. Es-

pecialmente quanto aos GptOpFuzNav, a preparação de meios rapidamente mobilizáveis, bem como a preocupação, durante a obtenção de seu material, com possíveis necessidades críticas

durante os conflitos, facilitarão sobremaneira sua capacidade de atuar como a Força Expedicionária por excelência do nosso país.



## Referências

BRASIL. Marinha. Estado-Maior da Armada. **EMA-305: Doutrina Militar Naval**. Brasília, 2017.

BRASIL. Marinha. Estado-Maior da Armada. **EMA-401: Manual de Mobilização Marítima**. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD41-D-01: Diretriz Setorial de Mobilização Militar**. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD41-M-01: Doutrina de Mobilização Militar**. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD41-M-02: Manual de Mobilização Militar**. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD41-P-01: Política de Mobilização Militar**. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério da Defesa. **SISMOMIL: Sistema de Mobilização Militar**. Brasília, 2014.

CAIAFA, Roberto. Corpo de Fuzileiros Navais recebe 20 novos CLANF RAM/RS. **Tecnologia e Defesa**. Disponível em: <<http://tecnodefesa.com.br/corpo-de-fuzileiros-navais-recebe-20-novos-clanf-ram-rs/>>. Acesso em: 01 out. 2020.

FRANÇA, Carlos Custódio. O Poder Marítimo: a mobilização da Marinha do Brasil. In: **Seminário de Mobilização Militar, IV**, 2012. Brasília, 2012.

HISTÓRIAS DO MAR. Disponível em: <<https://historiasdomar.com/o-incrivel-navio-feito-em-apenas-quatro-dias/>>. Acesso em: 01 out. 2020.

PROJETOS ALTERNATIVOS NAVAIS. Disponível: <<https://projetosalternativosnavais.wordpress.com/2016/01/19/porta-avioes-auxiliar-mercante/>>. Acesso em: 01 out. 2020.

